



03 a 06 de junho de 2012
Manaus (AM)

3º SENABS
SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES
DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Trabalho 74

CONTROLE SOCIAL: CONCEPÇÕES DE USUÁRIOS E TRABALHADORES DE SAÚDE

SIMÕES, A.V. (1); SAMPAIO, D.M.N. (2); MACHADO, J.C. (3); NERY, A.A. (4); PRADO, F.O. (5)

A atuação da população no planejamento, gestão e avaliação das ações e serviços de saúde teve início nas discussões que permearam o movimento da Reforma Sanitária, na década de 70, quando um grupo de profissionais liberais e demais atores sociais se uniram em busca do reconhecimento da saúde como direito social e da universalização do acesso, sendo o dever do Estado garanti-la (Mendes, 2006). Este movimento constituiu-se num processo modernizador e democratizante de transformação nos âmbitos político-jurídico, político-institucional e político-operativo, com propostas apresentadas no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde (Paim, 2007). Assim, o advento do SUS viabilizou o aprofundamento do processo de participação social dos usuários dos serviços de saúde nas tomadas de decisões em saúde, estimulando o exercício da cidadania e efetivando o controle social, ou seja, a luta por seus direitos. Inicialmente podemos relacionar o controle social ao papel disciplinador exercido pelo Estado sobre a sociedade. No entanto, na área da saúde a concepção desse controle aponta para outra direção. É um dos princípios fundamentais do SUS e uma importante estratégia para garantir a participação da população no processo de descentralização e municipalização de saúde. Pode ser também definido como a capacidade que o cidadão tem de intervir na gestão pública, assim como orientar as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da coletividade pelo bem comum (Correia, 2000). Entretanto, a falta de compreensão dos princípios que norteiam o SUS, por parte dos usuários e dos trabalhadores de saúde, tem se constituído em entrave à sua implantação efetiva? (Arantes et al., 2007, p. 471). Dessa forma, um sujeito fundamental para a construção e viabilização das mudanças necessárias nas práticas de saúde é o trabalhador de saúde e, como tal, necessita compreender os princípios que regem o sistema de saúde em que estão inseridos, além de poder provocar a mobilização das comunidades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, no intuito de compreender a realidade das unidades de saúde da família em estudo no que tange a efetivação do controle social, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. Quatro Unidades de Saúde da Família do município de Jequié-BA constituíram o cenário de investigação desta pesquisa, conforme os critérios de inclusão: Unidades localizadas na zona urbana; Unidades que tenham equipes completas conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; Unidades que tenham Conselho Local de Saúde ativo ou inativo e Equipes de saúde que estejam atuando há mais de seis meses. Os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos: vinte trabalhadores que compõem as equipes da ESF e cinco usuários cadastrados nas referidas equipes, definidos a partir do critério de saturação e relevância das informações coletadas, no momento em que as repetições dos depoimentos sobre o objeto em estudo foram constantes. A ética permeou todo processo da pesquisa, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e aprovado sob o Protocolo nº 161/2009. Utilizamos como técnicas para coleta de dados a entrevista semiestruturada, a observação sistemática e a análise documental. Para o processo de análise e interpretação das informações coletadas nas entrevistas utilizamos como método a hermenêutica-dialética. A partir do confronto entre os dados empíricos obtidos nas entrevistas com o referencial teórico, e com o objeto de estudo nos possibilitou a elaboração da seguinte categoria: Controle do Estado e dos setores dominantes sobre os cidadãos versus Participação dos usuários no planejamento das ações e serviços de saúde. Os resultados evidenciaram a concepção de controle social dos entrevistados sob dois sentidos do ponto de vista político:



03 a 06 de junho de 2012
Manaus (AM)

3º SENABS
SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES
DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Trabalho 74

relacionado ao controle do Estado exercido sobre os cidadãos ou designado ao controle dos cidadãos sobre as ações do Estado. Nesse aspecto, compreendemos que há um entendimento do controle social por parte dos trabalhadores de saúde enquanto ações ou medidas assumidas pelos gestores, como representante do Estado, na tentativa de solucionar os problemas vivenciados pela população. Com isso, presumimos que estes entrevistados não percebiam os usuários como sujeitos ativos e com capacidade de participar diretamente das políticas públicas se considerarmos que essa ideia de controle social está intimamente ligada à visão sociológica de relações de poder, em que o Estado gerencia e ordena a vida da população através de suas políticas de saúde. Entretanto, consideraremos que todos nós temos que ser sujeitos políticos e sociais, atuante e participante das decisões que abrangem sua própria vida, determinado na luta por seus direitos. Além disso, o controle social, sob o entendimento do controle do Estado sob a sociedade, foi relacionado à solução de problemas de ordem social e financeira, mencionando que os gestores devam trabalhar para que a questão social, principalmente, nas comunidades menos favorecidas seja solucionada. Assim, percebemos que em determinados depoimentos o entendimento de controle social dos trabalhadores de saúde aproxima-se da concepção relacionada à participação da comunidade na organização, gestão e controle dos serviços de saúde, mas fica evidente que para que haja uma compreensão mais abrangente do controle social é preciso que trabalhadores de saúde e usuários apreendam a concepção de controle social pautada nas diretrizes preconizadas pelo SUS. Diante do exposto, acreditamos que o entendimento de controle social dos entrevistados necessita ser mais abrangente dentro da perspectiva da participação do cidadão na gestão pública e intervenção das ações do Estado para que os indivíduos exerçam sua cidadania de maneira crítica e consciente, além de ser imprescindível a existência de uma articulação entre os atores sociais inseridos no contexto do sistema de saúde quer sejam os trabalhadores de saúde, usuários, gestores, universidades e demais instituições, ampliando a participação política da sociedade nos espaços de controle social motivados pelo exercício da cidadania, consolidação do SUS e melhoria da qualidade de vida para todos os brasileiros. Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, Estratégia Saúde de Família, Enfermagem. Eixo Temático: O trabalho da Enfermagem na Atenção Básica/ Estratégia de Saúde da Família e os desafios na sistematização das práticas REFERÊNCIAS Paim, J. S. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Tese [Doutorado] ? Instituto de Saúde Coletiva (ISC). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. Mendes, E. V. Uma Agenda para a Saúde. São Paulo: Hucitec, 2006. Correia, M. V. C. Que Controle Social? Os Conselhos de Saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. Arantes, C. I. S. et al. O Controle Social no Sistema Único de Saúde: Concepções e ações de Enfermeiras da Atenção Básica. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Jul./Set., 16(3): 470-8.

(1) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); (2) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); (3) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); (4) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); (5) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Apresentadora:

ALINE VIEIRA SIMÕES (line.vieira@hotmail.com)

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Professora)